CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 152/90 e 1553/89 - PROC. DRE/RP 6473/89, 5207/89, 5208/89

INTERESSADO : COLÉGIO "CRISTO REI" - PRESIDENTE PRUDENTE

ASSUNTO : Convalidação de atos escolares do Colégio "Cristo Rei" e recurso contra avaliação final dos alunos Rodrigo Tiezzi Furlanetto e Marcelo Guedes Fantini.

RELATORA : CONS^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE

PARECER CEE Nº 276/90 APROVADO EM 04/04/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A direção do Colégio "Cristo Rei", de Presidente Prudente, solicitou ao Exmº Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação a convalidação dos atos escolares praticados pela Escola, no período de 20 de fevereiro a 13 de julho de 1989, referente ao Curso do Ensino de 1º Grau regular, reconhecido por Portaria CEI de 20, publicada em D.O.E de 21 de junho de 1979.

Em 21.10.88, a direção do Colégio "Cristo Rei" requereu aprovação das alterações regimentais referentes ao artigo 59, inciso II, alíneas b e c; ao parágrafo único, alínea d; ao artigo 69 e ao artigo 114;

- em 12.12.88, foi o pedido analisado pela supervisão de ensino e considerado em consonância com a legislação vigente;

- em 07.03.89, foi publicada a Portaria DE s/nº de 14.02.89, homologando as alterações;

- em 19.05.89, foi publicada uma Portaria DE s/nº de 08.05.89, tomando sem efeito a primeira, uma vez que não era da competência desta a expedição de portarias;

- em 14.07.89, foi publicada a Portaria do Diretor Regional de Ensino, de 06.07.89, retificada no D.O.E. de 28.07.89, aprovando as alterações regimentais pretendidas pela Escola, com vigência a partir da data da publicação;

- por ocasião da matrícula, em dezembro de 1988, os pais foram informados que a Escola havia encaminhado o pedido de alterações regimentais e que aguardava aprovação oficial;

- no 1º dia de aula, os alunos foram alertados sobre a necessidade de cumprimento das normas regimentais da Escola;

- no 1º Bimestre, a Escola encaminhou aos pais os dispositivos regimentais que versam sobre critérios de avaliação e de rendimento escolar, já alterados, aprovados, e então já publicados;

o ano letivo do Colégio "Cristo Rei" teve início em 20.02.89;

- em 26.07.89, através do Ofício nº 26/89, a direção do Colégio solicitou ao Conselho Estadual de Educação a convalidação dos atos escolares praticados no período de 20.02.89 a 13.07.89, que corresponde à data do início do ano letivo e data da publicação da Portaria DRE/PP, D.O.E., de 14.07.89, período esse em que a Escola não tinha ainda as alterações aprovadas.

Em outro Processo, de número 152/90, anexado posteriormente ao acima explanado, os pais dos alunos Rodrigo Tiezzi Furlanetto e Marcelo Guedes Fantini requereram, junto à direção do Colégio Cristo Rei, revisão do processo de avaliação final, por não terem sido incluídos entre os alunos sujeitos ao processo de recuperação final e, em consequência, terem ficado retidos.

Alegaram os pais que a Escola colocou em execução dispositivos regimentais que versam sobre critérios de avaliação de rendimento escolar, sem que os mesmos tivessem, ainda, aprovação legal.

Os alunos Marcelo Guedes Fantini e Rodrigo Tiezzi Furlanetto foram retidos, sem direito a recuperação final, na 7ª e 6ª séries, respectivamente, uma vez que, conforme preceitua o R.E. a aluno deve ter médias inferiores a 6,0 (seis) e iguais ou superiores a 4,0 (quatro) em no máximo três componentes curriculares (art. 69) para entrar em processo de recuperação. Os alunos em questão tiveram notas entre 4,0 e 6,0 na maioria das disciplinas (fls. 18 e 21 dos respectivos expedientes apensados).

Em 12.12.89, os pais dos referidos alunos entraram com solicitação para que os mesmos tivessem oportunidade de participar da recuperação, o 1º, em Desenho e Inglês e o 2º, em História, nos termos do Regimento anterior, cuja média de promoção e 5,0.

A direção da Escola não atendeu às alegações dos pais e indeferiu o requerido. Diante da decisão, os responsáveis pelos alunos entraram com recurso junto à DE/PP visando solucionar o problema.

Por determinação da Sra. Delegada de Ensino, foi designada uma Comissão de Supervisores, para tratar do assunto.

Após analisar o expediente e levando em conta a elaboração e o pedido de alteração do Regimento Escolar, foram detectadas algumas falhas administrativas das diversas instâncias responsáveis:-

1. embora a Escola tenha protocolado o expediente na DE, em tempo hábil, outubro de 1988, propondo, as alterações do Regimento Escolar,

estas não foram publicadas antes do início do ano letivo, para que entrassem em vigor ainda no ano de 1989.

2. em 07.03.89, a Portaria foi publicada, por engano pelo Sr. Delegado de Ensino, quando a competência, para tal, é de Sr. Diretor Regional de Ensino;

3. percebido o engano, nova Portaria foi elaborada e publicada em 14.07.89, e, posteriormente, retificada em 28.07.89;

4. outro engano percebido pela Comissão de Supervisores foi quanto ao art. 4º "Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação" contrariando a Deliberação CEE 33/72, em seu artigo 25 que diz:- "Qualquer modificação do regimento... será submetida à aprovação do Conselho Estadual ou da Secretaria da Educação, conforme o caso, e vigorará a partir do ano letivo seguinte";

5. todos esses contratempos retardaram as publicações corretas da homologação das alterações regimentais, porém a direção da Escola, indevidamente, aplicou o Regimento em 1989, contrariando seu próprio Regimento Escolar anterior, no seu art. 113, que estabelece que qualquer alteração somente entraria em vigor no ano seguinte.

6. a direção alega que comunicou aos pais as mudanças do Regimento, só no 1º bimestre e não no ato da matrícula, quando já deveriam conhecer a que Regimento os filhos estariam sujeitos. Aliás, as matrículas foram realizadas em dezembro de 1988 e no próprio requerimento de matrícula constava o Regimento anterior sem as alterações, pois estavam em andamento.

A Comissão da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente concluiu, então, ser de direito dos alunos a aplicação das normas regimentais vigentes anteriormente.

A DRE/PP reconhecendo as falhas de ordem administrativa que prejudicam a Escola, acredita estar correta a aplicação da Portaria (publicada em 14.07.89, retificada em 28.07.89) a partir da sua publicação, e considera necessária apenas a convalidação dos atos escolares praticados desde o início do ano letivo em 20.12.89, até a data da aprovação do Regimento (em 14.07.89).

O expediente deu entrada neste Conselho através do Gabinete do Sr. Secretário da Educação, contendo os Processos DRE-Presidente Prudente nº 5208/89 e 5207/89 onde foram anexados os documentos necessários.

Posteriormente foram apensados os processos 6473/89 solicitando a convalidação de atos escolares do Colégio "Cristo Rei".

2. APRECIÇÃO

Versam os autos sobre recurso impetrado pelos pais dos alunos Rodrigo Tiezzi Furlanetto, retido na 6ª série do 1º grau e Marcelo Guedes Fantini, retido na 7ª série, no ano de 1989, no Colégio "Cristo Rei", em Presidente Prudente.

Os pais não concordam com a mudança de conceito de 5,0 para 7,0, para promoção, alegando que a alteração está em desacordo com o Regimento, mas a Escola esclarece que as alterações regimentais foram aprovadas pela DRE/PP por Portaria de 14-07-89 e retificada em 28-07-89, e que antes tivera autorização ainda indevida, da DE de Presidente Prudente (em 07.03.89).

Pelo Regimento vigente até 1989, os alunos teriam direito a estudos de recuperação.

Considerando as alterações regimentais aplicadas pelo Colégio no ano de 1989, os alunos foram retidos nas séries, sem direito a estudos de recuperação (com média inferior a 7,0 em todos os componentes curriculares), após terem sido submetidos ao Conselho de Professores, em 30.11.89.

A Deliberação CEE nº 33/72, em, seu artigo 25, prevê que alterações regimentais só terão vigência no ano letivo seguinte ao de sua aprovação.

No Parecer CEE nº 0077/85, explicitando os termos da Deliberação CEE, artigo 25, a Consª Maria Aparecida Tamaso Garcia afirma:

"...temos lido, frequentemente, no D.O. do Estado, portarias expedidas por Divisões Regionais de Ensino, que aprovam alterações regimentais a partir da data da publicação. Não existe nas normas deste Conselho, a hipótese, ou as alterações regimentais ocorrem por determinações deste Colegiado, para adequação a novas normas legais, e, nesse caso a data de vigência é explicitada por este Conselho, no próprio ato determinativo tal como ocorrem com as Deliberações em exame ou ocorrem por iniciativa das instituições mantenedoras e, nesse caso, entram em vigor a partir do ano letivo seguinte à solicitação".

Finalmente, o Parecer CEE 118/65 CLN esclarece: "a norma estabelecida por este Conselho, em tais casos, é que nenhuma alteração poderá ser introduzida para vigência no ano letivo em curso, mas apenas no ano imediato. Ano letivo não se confunde com o civil. O Regimento aprovado em fevereiro pode entrar em vigor no ano letivo, que só tem início em março".

O expediente do caso em tela deu entrada no protocolo da DE em 21.10.88, já no final do ano letivo, e não houve condições de aprecia-

ção pelos órgãos competentes, das alterações propostas, segundo informações dos autos.

Mesmo considerando a data da 1ª publicação da Portaria de alteração regimental, feita erroneamente pela DE, em 07-03-89, a Escola não poderia ter aplicado o novo Regimento uma vez que as aulas tiveram início em 20.02.89.

Sendo assim, a solicitação dos pais dos alunos tem amparo legal; é o que observou também a Comissão de Supervisores da DE que concluiu: "Do exposto e considerando que a aplicação indevida de normas regimentais, prejudicou não só dois alunos em pauta, mas possivelmente, também, outros alunos somos de parecer que a direção do Colégio tome providências no sentido de fazer um levantamento dos alunos retidos, antes e depois do processo de recuperação final da Escola, aplicando-lhes as normas regimentais (Regimento aprovado em 10.10.86)".

À vista do exposto, entende-se, não caber o recurso de convalidação de atos escolares, como propõe a DRE/PP, pois a Escola já tinha um Regimento legalmente aprovado o qual deveria ter sido seguido até o final de 1989.

Em decorrência dista o aluno Rodrigo Tiezzi Furlanetto que pelo Regimento novo estaria reprovado, em função das notas serem inferiores a 7,0, esta sujeito a recuperação, pelo antigo Regimento, em História, e o aluno Marcelo Guedes Fantini deve fazer recuperação em Desenho Geométrico e Inglês.

Ainda que a falha não caiba unicamente à Unidade Escolar, não há outra forma de equacionar a questão, a não ser a de revisão da avaliação aplicada pela Escola, ao final de 1989.

Entendemos que todo o cuidado deveria ter sido tomado pela Escola, DE e DRE/PP em relação a aplicação das normas regimentais, pois não há, diante da atual legislação, como considerar em vigor no ano de 1989, uma alteração aprovada durante o período letivo.

3. CONCLUSÃO

a) Deve o Colégio "Cristo Rei", de Presidente Prudente, submeter a estudos de recuperação o aluno RODRIGO TIEZZI FURLANETTO em História e o aluno MARCELO GUEDES FANTINI, em Desenho Geométrico e Inglês.

b) Deve, também, o Colégio "Cristo Rei" fazer um levantamento

dos alunos retidos, antes e depois do processo de recuperação final já havido na Escola, aplicando-lhes as normas regimentais aprovadas em 10-10-1986.

c) Adverte-se a DE e a DRE/PP quanto à legislação em vigor.

São Paulo, 21 de março de 1990.

a) Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 04 de abril de 1990.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente